

Aplicação da Tecnologia da Informação e Comunicação no estudo de cenários pelas Instituições de Ensino Superior

Rosa Amelita Sá M. da Motta

Universidade Estácio de Sá

rosamelita@estacio.br

Alexandre Rojas

Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ

Departamento de Informática e Ciência da Computação

rojas@ime.uerj.br

Resumo

Este trabalho tem por objetivo abordar a aplicação da Tecnologia da Informação e Comunicação –TIC no estudo de cenários utilizado pelas Instituições de Ensino Superior - IESs, tendo em vista ajustar o seu planejamento, face às modificações da política educacional, recentemente, implantadas pelo Governo Federal.

O modelo proposto, SAGEU – Sistema de Apoio à Gestão Estratégica Universitária, oferece um ambiente para suporte à análise ambiental, visando estender a metodologia de planejamento proposta por Andrade e Tachizawa[1].

O SAGEU, desenvolvido por Motta [2], possibilita as IESs, de uma forma geral, criar maneiras para organizar as informações, de modo que haja uma gestão universitária eficiente.

Abstracts

This work deals with applies of the Technology of Information for the study of scenarios used by the IES, objectifying to adjust its planning, face modifications of educational policy, recently, implanted for the Federal Government.

The considered model, SAGEU - Sistema de Apoio à Gestão Estratégica Universitária, offers to an environment for support ambient analyze, considering the planning methodology proposal for Andrade and Tachizawa[1].

The SAGEU, developed for Motta[2], makes possible the IES, of a general form, to create ways to organize information, in way that has one efficient administration.

1. Introdução

Como qualquer organização, as IESs têm por objetivo principal satisfazer às necessidades de uma comunidade/sociedade cada vez mais exigente, que lhes dá crédito, prestando serviços de ensino, pesquisa e extensão de qualidade. Para sobreviver no mercado diante dessa realidade, as IESs devem estabelecer um caminho (estratégia) para aproveitar as oportunidades e evitar os riscos que o ambiente lhes oferece [3]. As IESs, de uma forma geral, nas últimas décadas, estão se defrontando com a necessidade de melhorarem a qualidade do processo de ensino-aprendizagem e se manterem atendendo às expectativas da população[4].

Ao concentrar esforços na Educação Básica [5], o governo não investiu o suficiente no Ensino Superior para que as universidades públicas pudessem suprir a demanda por vagas. Conseqüentemente, a responsabilidade recaiu sobre as IESs particulares, que detêm a maior parcela das matrículas de graduação, em detrimento ao papel do Estado em promover a Educação gratuita e de qualidade. Contudo, tal fato não diminuiu a Responsabilidade Social das IESs públicas. Mas, além de promover essa expansão, o Estado, por intermédio da legislação educacional, tem deixado clara a sua intenção ao investir na qualidade da Educação Superior, criando uma cultura de avaliação e planejamento institucional.

Existem críticas, por parte de alguns autores da área de Educação como, por exemplo Castro [6], com relação ao uso de conceitos e técnicas da área de Administração na gestão de IESs. Mas, é possível, em concordância com Tachizawa e Andrade[1], Coutinho [7], Filho [8], Mesomo [9] e Neiva e Lapa [10], que, guardadas as devidas particularidades das IESs, os conceitos da área de Administração possam ser aplicados nestas organizações, sejam elas privadas ou públicas.

Dessa forma, durante a avaliação institucional, podem ser utilizadas a análise dos ambientes e a construção de cenários abordados por Tachizawa e Andrade [1].

2. A importância da Avaliação Institucional e o SINAES

A Avaliação Institucional (AI) não é recente. Data dos anos 90 o processo de avaliação global das instituições de Ensino Superior no Brasil. Observando que, na literatura sobre AI, que autores estabelecem seu conceito em função de suas características, utilidade e importância. Apesar das diferentes abordagens na conceituação devido à ênfase dada a um ou mais aspectos envolvidos, há uma concordância no fato de que a AI é uma ferramenta de apoio ao planejamento institucional [6], [11],[12],[13],[14],[15].

Gurgel [16], Lauriti [17] e Rasco [18], autores da área de Educação, enfatizam a negociação, a colaboração e a cooperação no processo avaliativo, o que está de acordo com o conceito de planejamento participativo defendido por Gandin [19]. Nunes, Rezende e Simonetti [20] acreditam que as barreiras para o desenvolvimento permanente da AI nas IESs são de ordem cultural. Uma forma de combater tais dificuldades é fazer com que o processo avaliativo seja estabelecido com a participação da comunidade acadêmica e com as características que podem favorecer o sucesso de sua implementação, como é o caso da não-punição. Com essa mesma linha de pensamento, o Governo Federal, por meio da Lei n. 10. 861, de 14 de abril de 2004, ajustou o sistema de avaliação do Ensino Superior, dando ênfase à auto-avaliação ou avaliação interna, estabelecendo o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior).

Para organizar, implementar, desenvolver e acompanhar o processo de avaliação, a IES deve instituir uma CPA (Comissão Própria de Avaliação) e pode contar, ainda, com a participação de grupos de trabalhos, que poderão ser organizados, de acordo com as necessidades de aplicação da metodologia definida para esse processo. Esses grupos, compostos por pesquisadores, coordenadores e professores, serão responsáveis pela elaboração e análise de currículos e por outras atividades relacionadas à avaliação.

A avaliação interna da IES deve ser composta por três etapas, dentre as quais, existe a de Desenvolvimento. Nessa etapa todas as atividades expostas na fase de planejamento da avaliação devem ser executadas. Dentre essas atividades, encontram-se a coleta e a análise de

dados e informações, nas quais são utilizadas técnicas e instrumentos, considerando-se as necessidades de obtenção de informações de cada dimensão (Infra-estrutura Física, Políticas de Atendimento aos Estudantes e outras) definida pelo MEC e constante do Roteiro de Auto-avaliação Institucional 2004. Para cada uma dessas dimensões podem ser definidos os procedimentos para a análise dos resultados, a técnica para coleta de dados e informações, o tratamento desses dados e os instrumentos utilizados, além dos indicadores e dos documentos a serem consultados.

Um dos pré-requisitos, para que o processo avaliativo funcione na prática, consiste na definição de recursos, que possibilitem a geração e a divulgação de informações válidas e confiáveis. Um outro é o estabelecimento de mecanismos que assegurem o uso efetivo dos resultados para realização do planejamento institucional. Uma forma de atender a esses pré-requisitos é usar, na coleta e análise de dados e informações, o estudo de cenários, proposto por Oliveira [3] e por Tachizawa e Andrade [1], e apoiado pelo SAGEU- Sistema de Apoio à Gestão Estratégica Universitária [2].

3. As IESs, seus ambientes e cenários

Atualmente, observa-se um movimento das IESs públicas em elaborar revisão curricular, criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, de forma a atender as reivindicações da sociedade e do mercado profissional. A análise ambiental parece ser capaz de dar suporte a essa tarefa.

Para Tachizawa e Andrade [1], uma análise ambiental consiste no estudo da conjuntura. Na verdade, fazer análise ambiental consiste em proceder à análise da conjuntura, em que é recomendável o uso de cenários. Cenário é um conjunto de previsões que possui como base as hipóteses que servirão à tomada de decisão (contra as ameaças e a favor das oportunidades) e à elaboração de políticas, planos de ação, planos operacionais e, principalmente, plano estratégico. Existem várias técnicas para a projeção de cenários, dentre as quais, encontra-se o monitoramento ambiental, através do acompanhamento sistemático do meio ambiente, envolvendo a obtenção de informações genéricas de jornais, revistas, publicações especializadas e coleta de dados específicos junto a institutos e órgãos oficiais.

Os cenários podem ser agrupados de acordo com as perspectivas de viabilidade: cenários otimistas; pessimistas e mais prováveis. Um exemplo de construção de cenários numa IES, considerando a perspectiva de viabilidade dos cenários mais prováveis e a técnica de projeção de cenários citada

anteriormente, é apresentado a seguir, utilizando o protótipo de um sistema automatizado chamado SAGEU[2].

A arquitetura desse sistema foi construída a partir das necessidades de organização e análise dos dados de uma IES, durante a elaboração de seu planejamento institucional e se baseou na idéia de que, para planejar, os indivíduos necessitam de apoio para realizar as seguintes tarefas essenciais: negociar, detectar conflitos, analisar e manter histórico de dados consolidados, analisar ambientes, elaborar estratégias, metas, ações e projetos, acompanhar projetos e produzir e monitorar orçamentos. Foi projetado um módulo, com um objetivo bem específico e interface amigável, para cada uma dessas tarefas, a serem desempenhadas pelos gestores, os quais não tinham formação, nem perfil de administrador, o que é o mais comum, inclusive em IESs públicas. Especificamente, quanto á análise de ambientes, cada usuário desse sistema pode escolher os itens de cenários a partir de um conjunto de notícias. Após a construção do cenário correspondente a cada grupo de variáveis descritas anteriormente, o usuário pode compor sua análise da conjuntura. A partir dos itens de cenários são escolhidas as possíveis ameaças e oportunidades da IES, que por sua vez, serão enquadradas em categorias estratégicas, que são grupos de itens para os quais deverão ser definidas estratégias para controle das ameaças e utilização das oportunidades [2].

Os cenários também podem estar categorizados em três dimensões: macroeconômica, setor das instituições e dimensão IES. A primeira dimensão trata com variáveis agrupadas em macroambiente clima. Essas variáveis são aquelas direta ou indiretamente decorrentes do poder político como inflação, política governamental, PIB, e demais variáveis econômicas e legais. Mudanças no sistema de crédito estudantil e na legislação educacional afetam as IESs. Os efeitos dessa dimensão afetam tanto as IESs públicas e privadas, porém, em intensidade diferente.

A Figura 1 mostra o resultado da interação de um dos responsáveis pela análise ambiental externa de uma IES com o SAGEU, depois da criação do cenário. Pode-se observar que para o grupo de variáveis Macroambiente Clima, o tipo de cenário apresentado na caixa Itens do Cenário foi o Macroeconômico mais provável. A notícia “Emprego começa a aparecer, mas a renda do brasileiro está cada vez menor” foi escolhida como item de cenário, podendo ser visualizada, também, na caixa Itens do Cenário. Esse usuário selecionou três itens de cenários como oportunidades, movendo-os para a caixa Oportunidades e enquadrando-os na categoria estratégica Gestão

administrativa. A decisão desse participante, em tornar esses itens oportunidades, ficou registrada na base de dados do SAGEU, sendo possível visualizá-la em formato de relatório posteriormente.

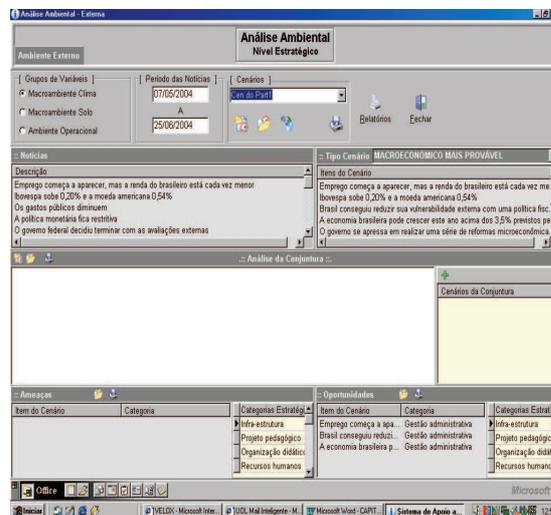


Figura 1- SAGEU- Parte Análise Ambiental- cenário macroeconômico mais provável

A segunda dimensão, o setor das instituições, considera as variáveis agrupadas em macroambiente solo. Um exemplo de variável pertencente a esse grupo é a renda da população. Podem ser incluídos também os dados sobre a população e suas características. Renda e distribuição geográfica da população podem interferir no crescimento das matrículas de uma IES. Nas IESs públicas, o crescimento da população de baixa renda deverá acarretar uma pressão para aumentar a quantidade de “quotas”, com o objetivo de atender a esse segmento da sociedade.

Na Figura 2, é possível observar que um segundo cenário foi construído no SAGEU, a partir das notícias agrupadas no Macroambiente Solo. Três itens de cenários tornaram-se oportunidades, classificados em categorias estratégicas. Nesse caso, o usuário selecionou o item de cenário “A desigualdade e a pobreza aumentaram de 1990 a 2003”, que pode ser visualizado na caixa Ameaças. No caso da IES particular esse item poderá acarretar a inadimplência; no caso da IES pública, é possível que esse fato contribua para a evasão escolar. Essa Ameaça poderá dar origem, também, a atividades extensionistas para a comunidade visando à prevenção da violência. Dessa forma, foi criada a categoria estratégica Programas de Extensão.

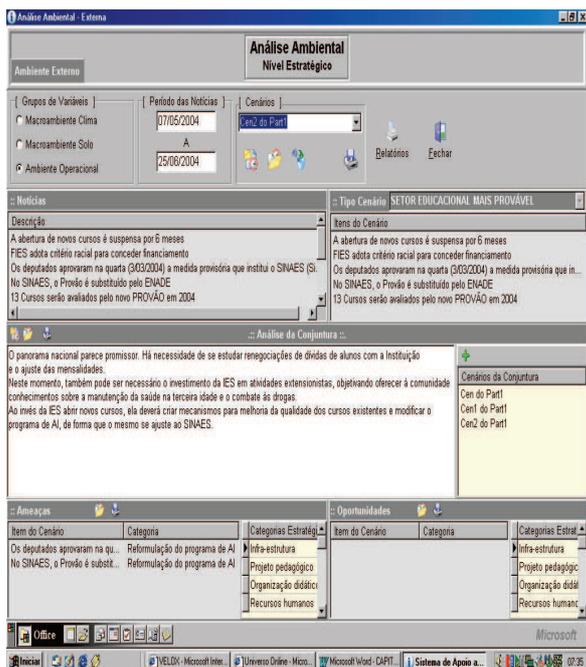


Figura 2- SAGEU- Parte Análise Ambiental- cenário dimensão da IES mais provável

A terceira dimensão de cenários trabalha com variáveis agrupadas em ambiente operacional, em que se enquadram as instituições de ensino concorrentes, os fornecedores, os clientes, os prestadores de serviço, as instituições financeiras e correlatas. Essa dimensão afeta de forma diferenciada as IESs públicas e privadas. Pode-se analisar, por exemplo, as alterações dos recursos destinados ao fomento da pesquisa, nas tecnologias e nos hábitos dos clientes em potencial, que poderão interferir na forma de atuação dos alunos. O usuário do SAGEU, em seguida, construiu o terceiro cenário, cujos itens estão expostos na caixa Tipo Cenário (Figura 3) e redigiu a análise de conjuntura com base nesses três cenários citados. As ameaças, criadas a partir desse cenário, estão na caixa Ameaças. Nesse caso, foi criada a categoria estratégica Reformulação do programa de Avaliação Institucional.

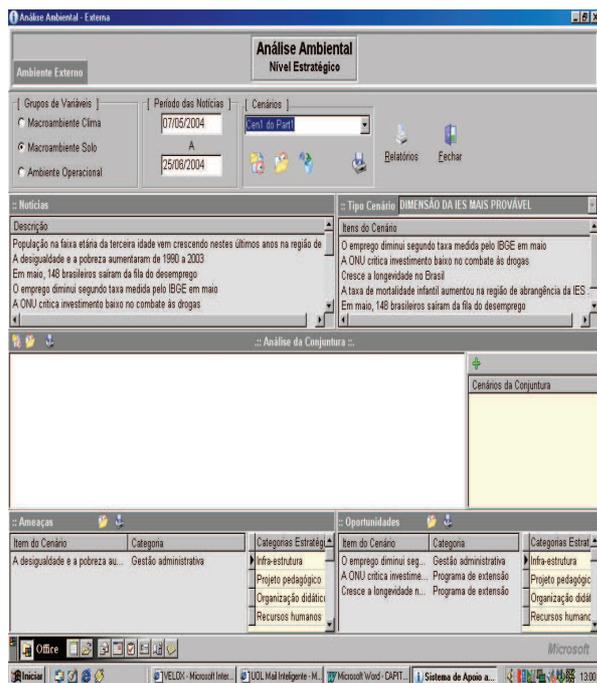


Figura 3- Parte Análise Ambiental- cenário setor educacional mais provável

Os gestores, participantes da experiência vivida com o SAGEU, manifestaram, de forma inequívoca, satisfação em poder visualizar, imprimir e “ter em mãos” relatórios, com os quais poderiam mostrar resultados de suas análises e defender seus pontos de vista. Por incrível que pareça, a necessidade de obter relatórios confiáveis e no tempo certo para gerir uma IES privada ou pública, ainda, está no rol dos grandes desafios, para um número considerável dessas organizações.

4. Comentários Finais

Guardada as devidas proporções, a proposta de Tachizawa e Andrade [1], apoiada pelo SAGEU [2], pode ser aplicada também às Instituições Públicas, contribuindo para o auto-conhecimento institucional. As IESs públicas, por sofrerem menores ameaças com respeito a sua sobrevivência, não estão isentas de sua Responsabilidade Social para atendimento à sociedade que a financia. Para sustentar essa responsabilidade, é necessário analisar em que ambientes estão inseridas. Essa análise permite que se tome ciência de suas ameaças e oportunidades, levando esse tipo de instituição a avaliar se suas ações estão corretas. Assim, é conveniente criar maneiras para organizar as informações, de modo que haja uma gestão universitária eficiente.

Tecnologias de Informação que apoiem estudos de cenários, semelhantes ao SAGEU, poderão,

igualmente, dar suporte a essa organização, auxiliando na criação de uma cultura de avaliação e de planejamento, que parece não existir na maioria das instituições de ensino superior.

5. Referências Bibliográficas

- [1] TACHIZAWA, Takeshy; ANDRADE, Rui Otávio Bernardes. Gestão de instituições de ensino. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- [2] MOTTA, Rosa Amelita Sá Menezes da. Repensando o planejamento de uma IES privada: uma proposta apoiada em Tecnologia da Informação. Rio de Janeiro-RJ, 2004. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- [3] OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento estratégico. São Paulo: Atlas, 1997.
- [4] RODRIGUES, Gabriel Mário. Os novos tempos na educação brasileira. Questão de Competência. Ensino Superior. Brasília: Editora Segmento, n 43, p.10-22, abril. 2002.
- [5] CASTRO, Maria Helena Guimarães de. As desigualdades regionais no sistema educacional brasileiro. In: HENRIQUE, Ricardo (Org). Desigualdades e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p. 425-458.
- [6] SOBRINHO, José Dias. Avaliação Institucional na perspectiva da integração. In: SOBRINHO, J. D; RISTOFF, D. I (Orgs). Universidade destruída: avaliação e resistência. Florianópolis: Insular, 2000, p.95-112.
- [7] COUTINHO, Gledson Luiz. Administração universitária: onde a profissionalização é uma carência. Cadernos UFMG. Belo Horizonte: Imprensa Universitária, 1997.
- [8] FILHO, José Leão Marinho Falcão. Escola: ambientes, estruturas, variáveis e competências. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação. Rio de Janeiro: FUNDAÇÃO CESGRANRIO, v. 8, n.28, p.165-180, jul/set.2000.
- [9] MEZOMO, João Catarin. Educação e qualidade total: a escola volta às aulas. Petrópolis-RJ: Vozes,1999.
- [10] NEIVA, Cláudio Cordeiro; LAPA, Jair dos Santos . Avaliação em educação: comentários sobre desempenho e qualidade. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação. Rio de Janeiro: FUNDAÇÃO CESGRANRIO, v. 4, n.12, p. 214-235, jul/set.1996.
- [11] BELLONI, Isaura. A função social da Avaliação Institucional. In: SOBRINHO, J. D e RISTOFF, Dilvo (Org). Universidade reconstruída: avaliação institucional e resistência. Florianópolis : Insular, 2000, p.37-58.
- [12] GRINSPUN, Miriam Paura S. Zippin. Avaliação institucional. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação Rio de Janeiro: FUNDAÇÃO CESGRANRIO, v.9, n.31, p.223-236, abr/jun.2001.
- [13] BOTH, Ivo José. Avaliação institucional: agente de modernização administrativa e da educação. Cadernos PROGRAD. Ponta Grossa: Imprensa Universitária, n.1, p.41-45,1992.
- [14] SOUZA, Ana Maria Costa de. Avaliação Institucional para melhoria do ensino e da aprendizagem. In: FELTRAN, Regina C. de S (Org). Avaliação na Educação Superior. São Paulo: Papirus, 2002, p.19-44.
- [15] BARROS, Davi. Instrumento para a melhoria da qualidade do Ensino Superior. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação. Rio de Janeiro: FUNDAÇÃO CESGRANRIO, v.5, n.14, p.219-241, jan/mar.1997.
- [16] GURGEL, Carmesina Ribeiro. Avaliação do desempenho docente: o caso do centro de ciências da educação da Universidade do Piauí. Ensaio avaliação e políticas públicas em educação. Rio de Janeiro: FUNDAÇÃO CESGRANRIO, v.8, n.27, p.219-241,abr/jun. 2000.
- [17] LAURITI, Nádia C. A comunicação na avaliação de desempenho no Ensino Superior. Ensaio avaliação e políticas públicas em educação. Rio de Janeiro: FUNDAÇÃO CESGRANRIO, v.9, n.30, p.57-73, jan/mar.2000.
- [18] RASCO, J. Félix Angelo. A auto-avaliação institucional como processo de formação do professorado. In: SOBRINHO, J. D; RISTOFF, D. I (Orgs). Universidade destruída: avaliação e resistência. Florianópolis: Insular, 2000, p. 73-94.
- [19] GANDIN, Danilo. A prática do planejamento participativo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- [20] NUNES, Lina Cardoso, REZENDE, Tania Maria e SIMONETTI, Vera Maria Medina. O processo de avaliação numa universidade particular: curso e percurso. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação. Rio de Janeiro: FUNDAÇÃO CESGRANRIO, v.4, n.11, p. 143-148, abr/jun.2000.